

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 088 — CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1985

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho insistentemente denunciado o profundo desvirtuamento que se deu à política indigenista no Brasil, por força de organismos internacionais, que, aproveitando-se das deficiências financeiras do órgão encarregado de executar essa política — a FUNAI — têm dominado as ações junto às comunidades indígenas. E mais grave, essas entidades têm-se aproveitado do apelo à causa da defesa do índio, para acobertar os verdadeiros interesses de poderosas potências estrangeiras.

Na Velha República não tive qualquer êxito com relação ao tema, mas continuarei nessa luta, esperando que a Nova República, trazendo de volta a democracia e o verdadeiro sentido de defesa da soberania nacional, possa revisar essa situação.

Corroborando as denúncias já feitas da Tribuna da Câmara, transcrevo a seguir um artigo do geólogo Salomão Cruz, publicado no jornal O Roraima, sob o título "As reservas indígenas de Roraima: uma área destinada à internacionalização":

"Dos vinte e três milhões de hectares de Roraima, nove milhões e setecentos mil (42%), pertencem à FUNAI e três milhões e trezentos mil (14%), são reivindicados para reservas ecológicas, totalizando em treze milhões de hectares, as áreas com impedimentos legais. Restam dez milhões de hectares, dos quais dois milhões inundáveis no baixo rio Branco; um milhão e duzentos mil isolados entre reservas; e quatrocentos mil de montanhas e maciços rochosos, o que reduz a área livre disponível, para seis milhões e quatrocentos mil hectares, ou 28% de Roraima.

Esta é a situação do território, pois entre as áreas livres existem algumas inaproveitadas como as montanhas e outras de aproveitamento questionável, como o baixo rio Branco, conforme volume 8, pág. 178 do Projeto RADAM, onde se lê "Uma experiência a abertura da BR-174 demonstrou que as condições de piso são frágeis, obrigando sucessivas mudanças de locação, para evitar essas áreas pantanosas. A locação dessa mesma estrada mostrou que as condições de falta de sustentação do piso não ocorrem apenas na vegetação pioneira; mesmo sob florestas densas essas áreas continuam a apresentar as mesmas características de pantanosas inundáveis". Em princípio, essas áreas não se prestam a nenhuma atividade produtiva, sendo mais sensato transformá-las em Parque Nacional, como pretende o IBDF na mesma região, pela margem direita do rio Branco.

Por outro lado, a parte isolada pelas reservas, embora livre no futuro poderá ser demarcada pela FUNAI, sob a alegação de que o isolamento não permite a ocupação plena desta sendo mais sensato transformá-la em reserva, até por "questões de segurança dos índios", como aconteceu recentemente com a extensão do Parque Yanomami, englobando o garimpo Santa Rosa a partir da descoberta do ouro naquela região.

O quadro continua crítico, comparando-se o potencial madeireiro e a qualidade do solo, entre as reservas indígenas e os 58% restantes conforme mapa Projeto RADAM 1975.

Nos recursos florestais, a região de médio a alto potencial madeireiro, com onze milhões de hectares, constituídos por florestas densas e florestas abertas, possui 80% em terrenos da FUNAI. O grupo de pouca significação econômica (baixo e médio potencial), formado por formações pioneiras e florestas estacionais, ao longo de dois milhões e oitocentos mil hectares, tem trezentos mil hectares em territórios indígenas. No grupo de baixo a médio potencial madeireiro mas de aproveitamento questionável, onde uma exploração embora racional pode alterar as condições ecológicas atuais (refúgios e tensões ecológicas), somente 10% pertencem à FUNAI, de um total de quatro milhões e cem mil hectares. A região de savanas e de savanas estepicas, com cinco milhões e cem mil hectares, a maioria aproveitável para a atividade agropastoril extensiva, contém 33% dentro de reservas indígenas.

CEDI - P. I. B.  
DATA 27, 03 / 87  
COD. BCD60

Quanto a distribuição dos solos, os de elevada aptidão agrícola (Terra Roxa Estruturada e Latossolo Roxo), ocorrem restritamente, num total equivalente a quinhentos mil hectares dos quais 60% são da FUNAI; Os terrenos considerados de média aptidão (latossolos vermelhos e amarelos), ocupam em torno de dezesseis milhões de hectares, com sete milhões e setecentos mil hectares dentro de reservas indígenas; os solos litólicos e aluvionais, com aptidão agrícola localizada e/ou restrita, ao longo de quatro milhões e quinhentos mil hectares, contêm um milhão em área da FUNAI e; os solos menos importantes, com baixa ou nenhuma aptidão agrícola, tais como lateritas, rochas e areias, aparecem em setecentos mil hectares em territórios indígenas, de um total de dois milhões de hectares.

Na distribuição dos recursos minerais a situação também é desanimadora, pois fora o garimpeiro do Tepequém, o restante das ocorrências minerais conhecidas situam-se a norte do paralelo 4º e o oeste do meridiano 62º, todas dentro de reservas indígenas.

A norte do paralelo 4º, ocorrem ouro e diamante, em região tradicional de garimpagem, atualmente dentro da reserva Raposa/Serra do Sol, onde religiosos ligados a Igreja Católica fomentam conflitos entre brancos e índios, o que não acontecia até o final da década de 70, quando a convivência entre os grupos era pacífica.

A oeste do meridiano 62º, existem cassiterita desde o Catrimani até as cabeceiras do rio Auaris; e diamante a partir da margem esquerda do rio Uraricocra, até a fronteira com a Venezuela, além do ouro que ocorre em quase toda a região, a exemplo do garimpo Santa Rosa, tudo dentro do Parque Yanomami, segundo mapa da FUNAI, de agosto de 1984. Há mais de 35 anos, religiosos ligados a Missão Evangélica da Amazônia — MEVA, aí atuam não permitindo a entrada de brasileiros, a pretexto de "contaminação" dos grupos indígenas ali existentes.

O restante do Território, é constituído de unidades geológicas de pouca significação econômica, como os campos gerais e o baixo rio Branco, a partir da cidade de Caracará, não incentivando nenhum investimento no setor mineral, daí a ausência de mineração mecanizada.

A intenção, ao que parece, é inviabilizar o desenvolvimento de Roraima, onde dos 964 Km de fronteira com a Venezuela, quase 900 Km estão dentro de reservas o mesmo acontecendo com a parte fronteira do Estado do Amazonas, visando a transformação da região em "Território Indígena". A mesma situação é também observada em outros países da bacia Amazônica. Principalmente a Venezuela, conforme documento confidencial do governo daquele país, publicado no jornal *El Universal*, de 8 de agosto de 1984.

Segundo o Documento setores da esquerda pretendem internacionalizar a Amazônia, transformando-a em "Patrimônio Comum da Humanidade", contando com o apoio de entidades dos EUA, França, Inglaterra, Suíça e Dinamarca. O plano — Uma política elaborada naqueles países — mobiliza a opinião pública nacional e internacional, através de denúncias falsas sobre violação dos direitos humanos, contando com o apoio, as vezes inconsciente, de círculos acadêmicos e científicos, normalmente legados aos "Direitos Humanos do Índio".

O documento venezuelano — Uma denúncia grave de ameaça da soberania dos países da Bacia Amazônica — cita como exemplo de pressões internacionais, as recomendações e resoluções de uma reunião realizada em Puya (Equador), em julho de 1981, cumprindo recomendações nº 14 do VIII Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, também em 1981. Dentre outras coisas a reunião em Puya recomenda a autodeterminação dos povos indígenas. O direito exclusivo das terras com base na ocupação histórica; enfim uma política independente, sem a influência dos "governos Brancos", numa pretensa Nação Yanomami que só na Venezuela ocupa uma área de aproximadamente 23.000.000 hectares, o equivalente a mais de 25% daquele país.

A ingerência denunciada pelo governo venezuelano também existe no Brasil, bastando ler o vasto material escrito e divulgado pelo CIMI e Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY), entidade mantida por recursos desconhecidos e presidida pela fotógrafa suíça Cláudia Andujar, assessora por americanos, italianos, e "inintelectuais de gabinete".

A gravidade do assunto está a exigir uma providência do Exmº Sr. Presidente da República. Era o que tinha a dizer.